

CENTRO TECNOLÓGICO DA MARINHA EM SAO PAULO

Estudo Técnico Preliminar 19/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 63230.000214/2024-78

2. Descrição do Objeto

Trata-se de Serviços comuns de engenharia destinados à realização de reformas dos espaços existentes no prédio do LARA para a implementação do núcleo de assistência social, com a criação de novas salas, um espaço para paiol e a transformação dos sanitários masculino e feminino em sanitários acessíveis, além da implantação de uma entrada independente para o setor de assistência social. Todos os trabalhos serão feitos no prédio do LARA, localizado no Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo, situado à Av. Prof. Lineu Prestes - Cidade Universitária, São Paulo - SP /no 2468, São Paulo – SP, conforme especificação abaixo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviços Comuns de Engenharia a serem executados no Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo, situado à Av. Prof. Lineu Prestes - Cidade Universitária, São Paulo - SP /no 2468 para a implementação do Núcleo de Assistência Social (NAS).	1627	UN	1	R\$160.378,75.	R\$160.378,75.

3. Descrição da necessidade

Consideranto o público-alvo do NAS, o Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), como Organização Militar (OM) integrante da Marinha do Brasil, conta com cinco Organizações Militares subordinadas e três apoiadas, formando um complexo de edificações de grande porte, por onde transitam milhares de pessoas diariamente.

Diante da necessidade de readequar as instalações físicas para a implementação do Núcleo de Assistência Social (NAS), torna-se imprescindível garantir um ambiente propício ao bem-estar da tripulação e da Família Naval. A adaptação dos espaços é essencial para atender às novas demandas estruturais, alinhando-se às diretrizes do Plano

de Assistência Social da Marinha (PASM) e às normas de acessibilidade e segurança estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Através desta contratação, será possível executar a modernização e as adaptações necessárias nas áreas e instalações, com o objetivo de garantir a funcionalidade, eficiência e sustentabilidade dos espaços. O foco é assegurar condições adequadas de habitabilidade, segurança, saúde e conforto para a Família Naval, promovendo um ambiente de acolhimento e suporte, conforme os valores institucionais da Marinha.

O objeto deste estudo será licitado na modalidade Pregão, com o critério de seleção da proposta sendo o de maior desconto linear, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Assessoria de Assistência Social	Primeiro Tentente (RM2-T)THALITA ALVES MENEZES

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os bens objeto da aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Serviços - CATSER do SIASG. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATSER e do presente Termo de Referência, prevalecem estas últimas.

a) Requisitos necessários ao atendimento da necessidade

Os serviços terceirizados pretendidos nesta contratação necessitam ser executados por funcionários com habilidades específicas, que atendam a legislação em vigor, e conforme o disposto na IN SEGES/MPDG nº 05/2017 e demais normas legais e regulamentares pertinentes.

Devido a natureza excepcional do contratante CTMSP, Organização Militar estratégica, participante direta do desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro e ainda, em virtude das Normas Internas de governança, as quais são aplicadas a todos os servidores militares e civis, requer-se a apresentação, quando solicitado pela Administração, atestado negativo de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão, bem como a Ficha Cadastro de Funcionários, conforme modelo a ser indicado pela Contratante. Será exigida a comprovação de qualificação técnica da licitante comprovando a aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da licitação, após observada a Curva ABC de Serviços, que será juntada aos autos e indicará as parcelas de maior relevância da contratação.

Essa exigência visa garantir que os serviços desta contratação sejam executados com qualidade e que atinjam desempenho satisfatório, em atendimento às Normas Brasileiras (NBR) e Normas Regulamentadoras (NR) relacionadas à construção civil. Desta forma, a licitante deverá pertencer ao ramo de construção civil e já ter executado serviços de natureza semelhante, anteriormente a esta contratação.

As condições de apresentação e aceitação do(s) Atestado(s) estarão dispostas no Termo de Referência Edital de Licitação.

b) Natureza do serviço (SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA E A ADOÇÃO DA MODALIDADE PREGÃO)

Os serviços são considerados comuns, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no ato convocatório, por meio de especificações usuais do mercado, atendendo ao artigo 14 da IN SEGES /MPDG nº 05/2017 e inciso II do art. 3º do Decreto nº 10.024/2019. Desta feita, podem os serviços ser licitados na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica.

c) Práticas de sustentabilidade

As práticas de sustentabilidade observadas para esta contratação observam as dimensões econômica, social, ambiental e cultural. Quando cabível, a empresa contratada deverá:

- usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

- adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
- observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados, em consonância com o já praticado pelo CTMSP; e
- respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

Além disso, os serviços a serem contratados possuem critérios e práticas de sustentabilidade em relação a determinados materiais (lâmpadas e componentes eletrônicos, tintas, solventes, etc.), bem como a previsão da adequada execução a fim de atender as demandas sem infringir a legislação ambiental aplicável.

Para tanto, estão incluídos como obrigação da contratada, no Termo de Referência e Edital, critérios e práticas de sustentabilidade do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União e do Manual Jurídico da Consultoria Geral da União, sem prejuízo das demais normas incidentes sobre o tema, por exemplo:

- a Contratada deverá observar os termos da Lei nº 15.121/2010, do município de São Paulo/SP, para descarte de recipientes ou materiais ali mencionados, bem como será exigido CTF (inscrição no Cadastro Técnico Federal) do fabricante, apenas para material/peça/reparo dos elementos que se enquadram na norma, conforme IN 06/13, por ocasião da aquisição do material ou serviço.
- a Contratada também deverá observar, no que couber, as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

d) Transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas

A referida licitação para contratação de serviço comum de engenharia abrange serviços comuns em que não se aplica a necessidade de uma transição contratual, com transferência de conhecimento, tecnológica e/ ou técnicas empregadas.

e) Obrigações da Contratante: conforme estabelecidos no modelo de Termo de Referência da AGU;

f) Obrigações da Contratada: além das estabelecidas no modelo de Termo de Referência da AGU:

- Planejar os serviços de forma a não interferir no andamento normal das atividades desenvolvidas e em seu entorno;
- Dotar o local de execução dos serviços com equipamentos de proteção coletiva e individual (EPC e EPI) necessários para resguardar a incolumidade física dos funcionários da própria empresa e dos servidores e usuários do CTMSP.
- Facilitar a ação da Fiscalização na inspeção da execução dos serviços em qualquer dia ou hora, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados, seja de ordem técnica ou administrativa;
- Proteger os móveis e objetos existentes, de modo a evitar danos no local de execução dos serviços; e
- Adotar boas práticas para redução de desperdícios/menor poluição, tais como: racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes; substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água; treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição; e reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação.

6. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O quantitativo especificado para se atingir o serviço proposto foi elaborado pela Seção de Infraestrutura e está anexado à este Estudo Técnico Preliminar. A documentação do projeto compõe as especificações técnicas dos serviços, plantas baixas, composições dos orçamento estimado para a reforma, cronograma físico financeiro, curva ABC, dentre outros.

7. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 160.378,75

Parâmetro I: base do banco de dados do SINAPI. O orçamento foi elaborado com a base de dados do SINAPI e EDIF. Conforme o art. 3º, caput, do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013: "O custo global de referência de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços e obras de infraestrutura de transporte, será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação, menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referências do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI e SICRO3, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil".

Parâmetro II: contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços. Não existem itens do orçamento neste parâmetro.

Parâmetro III: pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso. Para alguns itens do orçamento que não constam na base do banco de dados do SINAPI, foi consultada a base do banco de dados do Informativo SBC e CPOS que realizam uma ampla pesquisa de preços e atualizam os valores de insumos e de composições mensalmente. Não existem itens do orçamento neste parâmetro.

Parâmetro IV: pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias. Não existem itens do orçamento neste parâmetro.

Justificativas: Diante dos argumentos supramencionados e tendo como referência o Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências, a contratação de empresa especializada para a execução do objeto, foi baseada nos parâmetros I.

A estimativa de preços é de: **R\$160.378,75**, com base no SINAPI, SET2025

8. Levantamento de Mercado

Trata-se de execução de serviço comum de engenharia, que emprega materiais e técnicas construtivas tradicionais. O mercado tem condições de atender a esta futura contratação em sua totalidade.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Optou-se por um único item, levando em consideração as características da execução dos serviços a serem executados. Observa-se que os serviços são subdivididos em 15 subitens com diversos serviços em cada, que são interdependentes uns dos outros. Do ponto de vista funcional, torna-se impraticável a contratação individualizada de todos os serviços, que são interdependentes, já que o adimplemento de uma possível atividade poderia inviabilizar a execução de outros serviços correlatos. Assim, garante-se que a aferição dos serviços ocorra sem conflitos de responsabilidades entre os executores.

Neste ponto, o parcelamento além do estabelecido neste instrumento, acarretaria na possibilidade de comprometimento na qualidade e nos prazos de execução, além da possibilidade do surgimento de incompatibilidades entre os sistemas prediais, acarretando o efeito "dominó", ou seja, uma contratada poderia impactar as atividades de outra.

Há de se considerar ainda, que, caso seja dividido o objeto em parcelas menores, o parcelamento necessitaria de uma equipe de interface entre as contratadas para cada divisão criada, gerando aumento no volume do serviço administrativo interno e, conseqüentemente, da sua mão de obra. Por fim, pode-se afirmar que o parcelamento do objeto elevaria os preços para a administração pública, pois, além dos problemas de coordenação explanados, para

cada divisão seria gerado um contrato e acrescidos os custos indiretos, não seria vislumbrada a chamada “economia de escala” neste caso.

Tendo isto em mente será adotado o MAIOR DESCONTO LINEAR como critério de julgamento das propostas.

10. Descrição da solução como um todo

O presente estudo é destinado à realização de reformas dos espaços existentes no prédio do LARA para a implementação do núcleo de assistência social, com a criação de novas salas, um espaço para paiol e a transformação dos sanitários masculino e feminino em sanitários acessíveis, além da implantação de uma entrada independente para o setor de assistência social. Todos os trabalhos serão feitos no prédio do LARA, localizado no Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo, situado à Av. Prof. Lineu Prestes - Cidade Universitária, São Paulo - SP /no 2468, São Paulo – SP.

Os serviços são considerados comuns, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no ato convocatório, por meio de especificações usuais do mercado, atendendo ao artigo 14 da IN SEGES /MPDG nº 05/2017 e inciso II do art. 3º do Decreto nº 10.024/2019.

Os serviços terceirizados pretendidos nesta contratação necessitam ser executados por funcionários com habilidades específicas, que atendam a legislação em vigor, e conforme o disposto na IN SEGES/MPDG nº 05/2017 e demais normas legais e regulamentares pertinentes.

Devido a natureza excepcional do contratante CTMSP, Organização Militar estratégica, participante direta do desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro e ainda, em virtude das Normas Internas de governança, as quais são aplicadas a todos os servidores militares e civis, requer-se a apresentação, quando solicitado pela Administração, atestado negativo de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão, bem como a Ficha Cadastro de Funcionários, conforme modelo a ser indicado pela Contratante.

Será exigida a comprovação de qualificação técnica da licitante comprovando a aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da licitação, após observada a Curva ABC de Serviços, que será juntada aos autos e indicará as parcelas de maior relevância da contratação.

Essa exigência visa garantir que os serviços desta contratação sejam executados com qualidade e que atinjam desempenho satisfatório, em atendimento às Normas Brasileiras (NBR) e Normas Regulamentadoras (NR) relacionadas à construção civil. Desta forma, a licitante deverá pertencer ao ramo de construção civil e já ter executado serviços de natureza semelhante, anteriormente a esta contratação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Declaramos que, com fulcro no parágrafo único, do art. 1º, do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, incluído pelo Decreto nº 11.137, de 18 de julho de 2022 c/c subitem 1.12, da SGM-102 (NORMAS SOBRE LICITAÇÕES, ACORDOS E ATOS ADMINISTRATIVOS), o objeto da contratação está previsto no Programa de Aplicação de Recursos de 2025 do CTMSP, conforme detalhamento a seguir e está alinhado ao Planejamento Estratégico do Órgão (PEO):

- I) ID PCA no PNCP: 00394502002864-0-000051/2025;
- II) Data de publicação no PNCP: 17/07/2025;
- III) Id do item no PCA: 5;
- IV) Classe/Grupo: 545; e
- V) Identificador da Futura Contratação: 742000-76/2025.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não haverá contratação correlata e/ou interdependente ao objetivo final desta atual necessidade.

13. Participação Exclusiva de ME/EPP

O Decreto nº 8.538, de 2015, prevê tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras.

O art. 6º do referido decreto estabelece que, nos itens ou lotes de licitação cujo valor esteja abaixo de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a participação no processo licitatório deve ser exclusivamente destinada às microempresas e empresas de pequeno porte. A Orientação Normativa AGU nº 10, de 2009, por sua vez, pacifica a forma de aferição do valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) como sendo a referente ao período de um ano da contratação.

Adicionalmente, vale lembrar que, de acordo com a Orientação Normativa AGU n. 47, de 2014, é obrigatória a participação exclusiva de ME e EPP na licitação quando os itens ou lotes/grupos tiverem valor igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Portanto, esta contratação não é destinada a participação exclusiva de ME/EPP.

14. Participação de Cooperativas

Não haverá permissão de cooperativas, pois segundo a Súmula nº 281 do TCU se, pela natureza da atividade ou pelo modo como é usualmente executada no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem assim de pessoalidade e habitualidade, deve ser vedada a participação de sociedades cooperativas, pois, por definição, não existe vínculo de emprego entre essas entidades e seus associados.

15. Participação de Consórcio de Empresas

Não haverá permissão de empresas reunidas em consórcio, pois para o presente objeto há uma gama de empresas especializadas. Ademais, tal permissão poderia representar dificuldades na gestão dos serviços, bem como aumentar a necessidade de avaliar a capacitação técnica dos participantes, fatos estes que poderão gerar atraso para a execução do objeto como um todo, implicando em prejuízos para a Administração, tendo em vista a necessidade de execução das demais contratações interdependentes.

16. Permissão de Subcontratação

Não haverá permissão de subcontratação, tendo em vista a integridade da entrega do objeto desta licitação.

17. Qualificação Técnica

Registro da empresa no conselho profissional

Na presente contratação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao CREA e/ou ao CAU.

Capacidade técnico-operacional

Serão exigidas comprovações de capacidade técnico-operacional para o item:

- Contratação de realização de reformas dos espaços existentes no prédio do LARA para a implementação do núcleo de assistência social, com a criação de novas salas, um espaço para paiol e a transformação dos

sanitários masculino e feminino em sanitários acessíveis, além da implantação de uma entrada independente para o setor de assistência social.

Capacidade técnico-profissional

Serão exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional para o item:

- Contratação de realização de reformas dos espaços existentes no prédio do LARA para a implementação do núcleo de assistência social, com a criação de novas salas, um espaço para paiol e a transformação dos sanitários masculino e feminino em sanitários acessíveis, além da implantação de uma entrada independente para o setor de assistência social.

SERÁ, excepcionalmente, exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos documentos de ART/RRT, com base na seguinte justificativa:

- Para o cargo de arquiteto: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 50% dos quantitativos licitados, para os serviços de projeto arquitetônico, acompanhamento de execução de reforma e montagem de estruturas;
- Para o cargo de engenheiro civil: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 50% dos quantitativos licitados, para os serviços de projeto em estruturas metálicas, projeto arquitetônico, acompanhamento de execução de reforma e montagem de estruturas;

Exigência de Atestados

Será exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos atestados, correspondentes aos seguintes serviços das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, sendo admitida a possibilidade de somatório de atestados:

Contratação de realização de reformas dos espaços existentes no prédio do LARA para a implementação do núcleo de assistência social, com a criação de novas salas, um espaço para paiol e a transformação dos sanitários masculino e feminino em sanitários acessíveis, além da implantação de uma entrada independente para o setor de assistência social.;

Justificativa técnica para tais exigências:

A demanda pela comprovação de quantitativos mínimos nos documentos de ART/RRT é respaldada pela imperativa necessidade de garantir a fluidez eficiente do projeto, incluindo a execução da estrutura e a montagem dos sistemas adicionais. Essa exigência técnica se apoia na assertiva de que “para garantir um bom andamento do projeto e execução da estrutura, bem como a montagem dos sistemas adicionais, é necessário que o profissional que elaborará os projetos e acompanhará a execução das montagens tenha uma experiência comprovada”.

18. Garantia da Contratação e do Serviço

No intuito de evitar o abandono do objeto, será exigida a garantia da contratação de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, que tem por objetivo assegurar a plena execução do contrato e evitar prejuízos ao erário.

Conforme § 3º do art. 96 da Lei 14.133/2021, será exigido no prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação do seguro-garantia;

19. Reajuste

Os preços contratados poderão sofrer reajuste após o período de um ano, aplicando-se o índice INCC, para os itens referentes aos serviços comuns de engenharia e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

20. Sistema de Registro de Preços

Não aplicável para este objeto.

21. Prazos de Execução e Vigência

Os prazos de execução do objeto e vigência da contratação observando os art. 105, da Lei nº14.133/2021, são:

- Prazo de Execução: 60 (sessentanco) dias contados da assinatura do contrato; e
- Prazo de Vigência: 150 (cento e cinquenta) dias contados da assinatura do contrato.

22. Local de Execução dos Serviços

22.1. Av. Professor Lineu Prestes, 2468, Cidade Universitária, São Paulo-SP, CEP 05508-000.

22.2. Os serviços serão prestados no seguinte horário: 08h00 às 17h00.

23. Enquadramento como Atividade de Custeio

Conforme previsto na Portaria ME nº 7.828/2022, de acordo com o Art. 2º, consideram-se atividades de custeio, para fins do disposto no art. 3º do Decreto nº 10.193/2019, aquelas diretamente relacionadas às atividades comuns a todos os órgãos e entidades que apoiam o desempenho de suas atividades institucionais, tais como:

IV - aquisição, locação e reformas de imóveis;

Sendo o objeto uma readequação das instalações de um imóvel, o presente objeto será considerado como atividade de custeio, em observação ao inciso IV, informado acima.

Não foram identificadas eventuais existência de Decretos ou outro normativos relativos a “limites”, “contingenciamento orçamentário” ou a “restrição ao empenho de verbas”.

24. Análise Jurídica da CJACM ou CJU/SP

Conforme previsto no Art. 2º, da Instrução Normativa AGU, de 01 de Setembro de 2021:

Não é obrigatória manifestação jurídica nas contratações diretas de pequeno valor com fundamento no art. 75, I ou II, e § 3º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, salvo se houver celebração de contrato administrativo e este não for padronizado pelo órgão de assessoramento jurídico, ou nas hipóteses em que o administrador tenha suscitado dúvida a respeito da legalidade da dispensa de licitação.

25. Possíveis Impactos Ambientais

O procedimento para contratações públicas tem como objetivo primordial buscar sempre o melhor para o interesse público. Esse conceito vai além do simples cotejo de menores preços, uma vez que a análise dos benefícios do processo exige a avaliação dos impactos positivos e negativos na aquisição, considerando:

- A observância rigorosa das normas e critérios de sustentabilidade;
- O emprego criterioso dos recursos públicos;
- A conservação e gestão responsável de recursos naturais;
- A utilização de agregados reciclados, sempre que houver oferta disponível;

- A remoção apropriada dos resíduos, em conformidade com as normas de Controle de Transporte de Resíduos;
- A estrita observância das normas de qualidade e certificação nacionais e públicas, como IMMETRO e ABNT.

Essas diretrizes visam assegurar não apenas a eficiência do processo licitatório, mas também a promoção de práticas sustentáveis e a conformidade com padrões de qualidade estabelecidos, contribuindo assim para a maximização dos benefícios para a coletividade.

O art. 45 da Lei nº 14.133/21 estabelece que obras e serviços de engenharia devem observar, de maneira especial, as normas referentes à disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas. Isso inclui a mitigação por condicionantes e compensação ambiental, além da utilização comprovada de produtos, equipamentos e serviços que favoreçam a redução do consumo de energia e recursos naturais. A avaliação de impacto de vizinhança, a proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, assim como a análise do impacto direto ou indireto causado pelo serviço contratado, também são requisitos a serem considerados.

Na mesma linha, a Resolução CONAMA nº 307/2002 define resíduos da construção civil como aqueles provenientes de construções, reformas, reparos e demolições, bem como da preparação e escavação de terrenos. Isso inclui uma variedade de materiais, como tijolos, blocos cerâmicos, concreto, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras, entre outros, conhecidos como entulhos de obras, calça ou metralha.

Considerando esse contexto normativo, a Dispensa Eletrônica em questão caracteriza-se como um serviço comum de engenharia, o que implicará na geração de resíduos de construção civil. Dessa forma, a futura contratada deverá empreender esforços para minimizar a produção de resíduos, proporcionando uma destinação adequada àqueles inevitavelmente produzidos, com o intuito de mitigar possíveis danos ambientais.

O entendimento exposto no art. 6º, inciso XXV da Lei nº 14.133 de 2021 destaca a importância de o Termo de Referência conter elementos necessários e suficientes, com precisão adequada, para definir e dimensionar a obra, assegurando o tratamento ambiental apropriado.

Portanto, durante a execução do serviço, cabe à contratante fiscalizar rigorosamente o cumprimento da legislação ambiental, enquanto à contratada compete o respeito às leis ambientais para a realização da obra. Essa abordagem visa garantir a conformidade com as normas de proteção ambiental.

26. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Através desta contratação, será possível executar a modernização e as adaptações necessárias nas áreas e instalações, com o objetivo de garantir a funcionalidade, eficiência e sustentabilidade dos espaços. O foco é assegurar condições adequadas de habitabilidade, segurança, saúde e conforto para a Família Naval, promovendo um ambiente de acolhimento e suporte, conforme os valores institucionais da Marinha.

27. Providências a serem Adotadas

As providências sobre as adequações do ambiente do órgão para esta futura contratação serão tomadas considerando que:

- os serviços a serem executados não demandam relevantes adaptações no ambiente do órgão.
- caso seja necessário alterar as rotinas de trabalho, será de responsabilidade da equipe de fiscalização e do encarregado do local/sala onde serão executados os serviços dar ampla divulgação aos usuários, visando mitigar transtornos administrativos ou desconfortos de qualquer natureza.

28. Demais Informações Complementares

Dispensa Eletrônica – Prevista no Art.75, inciso I da Lei nº 14.133/2021;

Critério de Julgamento: Maior Desconto Linear;

Formalização do acordo através de: Contrato;

Há a necessidade de obrigação futura e/ou assistência técnica? Não;

Forma de Fornecimento: Integral;

Item Sustentável: Não;

Forma de Lance: Menor Valor por Item;

Orçamento Sigiloso: Não;

Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da instalação do objeto, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação: Sim;

Comprovação da capacitação técnico-operacional, mediante apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do licitante, relativos à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação: Sim;

Registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional, em plena validade: Sim, CREA e/ou CAU.

29. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Diante do exposto, na função de Assessora de Assistência Social sou de parecer FAVORÁVEL à continuidade do processo licitatório do objeto em questão.

THALITA ALVES MENEZES

Membro da comissão de contratação

GABRIEL PEREIRA TAVARES

Membro da comissão de contratação

FABIOLA MOTA FALCAO

Membro da comissão de contratação

JULIANO SAMPAIO CONEGUNDES DE SOUZA

Responsável pela contratação direta

30. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

30.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nos elementos anteriores apresentados por este Estudo Técnico Preliminar, declaramos a viabilidade desta futura contratação.